

# **O TRABALHO SUBORDINADO NO CONTEXTO DA NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO: por uma reestruturação dogmática trabalhista**

**Amanda P. Coutinho de Cerqueira**

Mestranda em Direito Econômico na Universidade Federal da Paraíba

e-mail:[praconversar@globomail.com](mailto:praconversar@globomail.com)

## **RESUMO**

O artigo se alia às tendências da teoria social crítica ao problematizar a concepção ideológica recepcionada pela doutrina jurídica tradicional que consagrou o trabalho subordinado como categoria fundante das relações individuais de trabalho. Através de evidências empíricas, analíticas e filosóficas, a investigação aponta para a obsolescência da doutrina trabalhista tradicional e para o alargamento do sentido protetor do Direito do Trabalho. A partir de uma racionalidade ampla e da redescoberta democrática do trabalho busca-se um novo modelo dogmático dotado de sentido neste início do século XXI. Isso significa a necessidade imperiosa de reformular os fundamentos do Direito do Trabalho como Direito Humano Fundamental.

**Palavras-chave:** Direito do Trabalho. Reestruturação. Direito Humano Fundamental.

## **ABSTRACT**

This essay, aligned to critical social theory, problematizes the traditional conception of subordinate employment as the main category on individual labour relations. According to empirical, analytical and philosophical evidence, the traditional labour law doctrine should be revised, due to the broader meaning of today's labour protection. A new dogmatic perspective should be created, provided the broader rationality and the rediscovery of democratic value of work, typical from this new century. Given that, Labour Law needs to be reformulated, ensuring its nature as a fundamental Human Right.

**Keywords:** Labour law. Restructurization. Fundamental Human Right.

## **1 INTRODUÇÃO**

O Direito do Trabalho firma-se como produto típico do modelo de sociedade erigida sob o Estado de Bem-Estar Social desenhado a partir principalmente da década de 40 do século XX, fundamentado na intervenção econômica keynesiana e na política do pleno emprego. A concepção teórica do Direito Laboral tradicional elegeu o trabalho subordinado/emprego como arquétipo justificador, a partir de um sólido corpo de doutrina, de um aparato legislativo específico e de uma independência didática.

Acontece que, particularmente nas duas últimas décadas do século passado, o mundo vem presenciando um conjunto de transformações, tanto nas formas de materialidade quanto na esfera da subjetividade, na medida em que se alteram as estruturas do Estado, do Direito, da Economia, da

Cultura, do cotidiano, das estéticas, das atitudes individuais e coletivas, das formas de ser e de existir da sociabilidade humana.

As relações de produção voltam a se mover pela *mão smithiana* (hegemonia política liberal), mas agora em dimensão planetária e em tempo real. A terceira revolução tecnológica produz uma metamorfose no mundo do trabalho, provocando fenômenos complexos e polissêmicos. Novos conceitos no campo da teoria organizacional e da reestruturação produtiva desencadeiam a supremacia do trabalho informal sobre o emprego e o surgimento de infinitas possibilidades de trabalho, renda e contratações. Diante da sociedade do trabalho produz-se uma verdadeira ruptura de paradigmas entre o que foi sedimentado pela sociedade industrial – erigida sob o arquétipo keynesiano do pleno emprego e do Estado de Bem-Estar-Social – e o que aparece a partir da sociedade contemporânea.

São as evidências citadas, acerca das mutações da dinâmica do social, que impulsionam a presente pesquisa acerca da reestruturação dogmática do Direito do Trabalho, já que seu corpo de doutrinas e os aparatos legislativos não atendem às aspirações dessa nova sociedade do trabalho, multifacetária, heterogênea e fragmentada. Ao refletir sobre o evidente desajuste entre a etiologia do Direito das relações de trabalho e as suas atuais derivações, há a preocupação em demonstrar a necessidade de acrescentar ao marco clássico do trabalho subordinado/emprego outros cujas edificações possam recuperar os caracteres do Direito do Trabalho como Direito Humano Fundamental.

Munida de uma bibliografia multidisciplinar a pesquisa se distancia da teoria tradicional – abstrata, apriorística – e segue os passos da produção acadêmica desenvolvida pela teoria social crítica porque ela tem, no contexto da filosofia da ciência, um caráter distinto, na medida em que, ao formular conhecimento, procura não só eleger, mas problematizar o seu próprio objeto.

A partir do argumento segundo o qual o progresso do conhecimento se dá através do binômio confirmação/refutabilidade, parte-se da seguinte indagação: atualmente, resiste ou não à refutabilidade o trabalho subordinado como objeto central do Direito do Trabalho? É o que a presente investigação pretende problematizar, deslocar e compatibilizar.

E quais são os arquétipos sob os quais o conceito de trabalho subordinado/emprego foi erigido? Quais os pressupostos fáticos e contextuais que autorizavam a eleição do trabalho subordinado como objeto central do Direito do Trabalho? A partir de evidências empíricas, analíticas e filosóficas, a pesquisa procura demonstrar o declínio do trabalho subordinado na visão epistemológica contemporânea. Através do argumento da racionalidade ampla para a redescoberta democrática do trabalho, vislumbra-se a nova teoria do Direito do Trabalho, como realização plena, efetiva e livre do homem. Torna-se, portanto, imprescindível conectar o Direito do Trabalho com as mudanças radicais de paradigmas do mundo pós-moderno, como premissa indispensável para a

elaboração de uma Teoria Geral adaptada aos novos tempos. A necessidade imperiosa de construção de um novo sistema de movimentação social baseado na atividade autodeterminada é um pressuposto em busca do respeito pelo desenvolvimento integral do homem, o que não seria possível na versão reducionista da proteção exclusiva do trabalho subordinado.

Para confirmar as hipóteses levantadas pela pesquisa acaba-se por fazer uso da denúncia do *autismo dogmático*, a partir da utilização de alguns conceitos de disciplinas correlatas e/ou complementares ao mundo jurídico. A complexidade da realidade requer olhares de todos os lados, delineando uma perspectiva interdisciplinar, uma estratégia mais cuidadosa e sistemática, sem que se descuide da profundidade ou mesmo da coerência da pesquisa.

## **2 O DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO NA DOUTRINA TRADICIONAL:** a construção dos arquétipos modernos

O conceito de trabalho subordinado erigido sob o contexto da sociedade industrial taylorista e fordista foi absorvido pelos sistemas e subsistemas jurídicos e se converteu em pressuposto das teorias jurídico-trabalhistas. O Direito do Trabalho nasce realizando uma espécie de delimitação do âmbito subjetivo de sua aplicação, envolvendo especialmente o trabalho subordinado. Inobstante os pressupostos fáticos contemporâneos, a doutrina laboral tradicional continua a reduzir o Direito do Trabalho como um complexo de normas e princípios destinados à proteção do trabalho subordinado.

### **2.1 CONSIDERAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS SOBRE O OBJETO DO DIREITO DO TRABALHO**

O Direito do Trabalho elegeu o trabalho subordinado como pressuposto de suas teorizações, compondo gnoseologicamente sua produção e fazendo-o proeminente em termos de ramo científico do Direito. Foi a partir da eleição do trabalho dependente como objeto do Direito do Trabalho que se instituiu sua autonomia doutrinária, didática, legislativa e jurisdicional. Mas como a doutrina clássica tradicional elegeu *a priori* o trabalho subordinado como fundamento dos seus discursos?

Em primeiro lugar, a regulação do trabalho humano era confundida com a realização do trabalho subordinado. É dizer: na ausência de uma distinção entre o trabalho humano e o trabalho subordinado/emprego, a doutrina tradicional considerou o último como seu objeto. Em termos resumidos: na doutrina juslaboral tradicional, o correlato do Direito do Trabalho é o emprego. Em seguida, a doutrina tradicional passou a descrever a natureza jurídica do seu objeto: contrato *intuitu personae*, pessoalíssimo, sinalagmático, cumulativo, oneroso, bilateral e subordinativo.

Claro que o elemento caracterizador da relação de trabalho (emprego) é, sem dúvida, a

subordinação ou dependência jurídica. É ela que desencadeia e legitima o poder disciplinar, diretivo ou de comando, exercido pelo empregador. É a subordinação jurídica que permite o controle, a organização e a fiscalização – o empregador admite, assalaria e dirige a prestação de serviço.

A fundamentação do poder disciplinar passa, portanto, pelo acolhimento da figura do empregador como a autoridade que dirige a atividade por meio do contrato de trabalho, caracterizador de uma relação de emprego. O poder disciplinar interioriza uma figura superior, dando ensejo a um indivíduo obediente, sujeito a hábitos, regras e ordens.

Sobre o assunto, Foucault (1977) já afirmava que a disciplina fabrica, assim, corpos submissos e exercitados, corpos dóceis. E um corpo disciplinado é a base de um gesto eficiente. A disciplina é tida, portanto, como uma ortopedia social, uma vez que o indivíduo é uma realidade fabricada por uma tecnologia específica do poder.

Para Foucault (1977), a vigilância hierarquizada, contínua e funcional remete à figura do panóptico do jurista inglês Jeremy Bentham. As sociedades modernas, nessa perspectiva foucaultiana, são essencialmente disciplinares, havendo, na verdade, um ajuste/adaptação dos instrumentos de vigilância generalizada das pessoas na sociedade disciplinar que caracteriza uma nova tecnologia do poder de punir. O filósofo afirma que há uma normatização como instrumento jurídico de homogeneização dos comportamentos para a fabricação do protótipo de homem ideal, com o intuito de assegurar o funcionamento do sistema moderno.

As tipologias que sedimentaram a existência do contrato individual de trabalho, como contrato especialíssimo para a socialização da vida humana, desencadearam, também, a própria definição desse ramo do conhecimento jurídico:

Qual a categoria central do Direito do Trabalho, a categoria sem a qual esse ramo jurídico não existiria? Obviamente, está se falando do trabalho subordinado, mais propriamente da relação empregatícia. O núcleo fundamental do Direito do Trabalho situa-se, sem dúvida, na relação empregatícia de trabalho. (DELGADO, 2005, p. 84)

O pressuposto teórico do emprego fortaleceu-se de maneira tão hegemônica que ainda hoje é possível identificar doutrinadores enaltecendo o trabalho subordinado como a essência e a própria razão de ser do Direito do Trabalho: “O Direito do Trabalho é o ramo do Direito que disciplina as relações de emprego” (MARTINS FILHO, 2001, p. 7); “O Direito do Trabalho é o ramo da ciência do Direito que tem por objetivo normas jurídicas que disciplinam as relações de trabalho subordinado” (NASCIMENTO, 1998, p. 143); “O objeto do Direito do Trabalho é o estudo do trabalho subordinado” (MARTINS, 2009, p. 6).

Acontece que, ao longo dos anos, as evidências empíricas, analíticas e filosóficas demonstram que a organização do trabalho humano passa por mudanças de paradigmas. Não

obstante, o trabalho subordinado continua sendo, para a doutrina trabalhista tradicional, não só o objeto central do Direito do Trabalho, como também a referência principal de um dos seus troncos fundamentais – o Direito Individual do Trabalho.

Entretanto, conforme elucida Andrade (2005, p. 913):

É comum dizer que toda ciência se apropria do seu objeto e que todo enunciado científico é refutável. É justamente das tentativas não bem sucedidas de refutação que ele se consolida ou será substituído, quando não resiste a uma refutação. E o progresso do conhecimento dá-se a partir do binômio confirmação / refutabilidade.

É a partir deste paradigma do conhecimento científico que se pergunta: atualmente resiste ou não à refutabilidade o trabalho subordinado/emprego como objeto central do Direito Individual do Trabalho?

## 2.2 OS FUNDAMENTOS TRADICIONAIS: a era keynes e o estado de bem-estar social

Perante o descalabro da Grande Depressão, contextualmente em meio às duas Guerras Mundiais, deitava-se por terra os mitos liberais da *invisible hand* smithiana, e acentuavam-se as limitações da política monetária praticadas até então. J. Keynes sublinhou a importância do Estado e a necessidade do alargamento de suas funções, defendendo, na famosa conferência de 1924 sobre *The End of Laissez-faire*, que a política econômica teria que adotar uma perspectiva de curto prazo. O presidente Franklin Roosevelt apresenta uma nova política, fundamentada em concepções opostas ao neoliberalismo imperante.

Ficava assim legitimada a intervenção do Estado. O paradigma keynesiano de maior intervencionismo estatal lançou as bases para a política econômica do pleno emprego – pedra fundamental na busca da eliminação do desemprego em massa. Começou a se desenvolver a concepção do Estado do Bem-Estar Social (*Welfare State*) a partir da intervenção pública na política monetária e fiscal, como forma de garantir serviços sociais aos cidadãos.

O Estado de Bem-Estar Social passou a ditar, sobretudo a partir da segunda guerra mundial, as relações políticas, econômicas e sociais do mundo moderno. Neste contexto, a opção do trabalho protegido, subordinado e dependente como objeto do Direito do Trabalho era, legitimado, em primeiro lugar, pelos dados estatísticos, os quais projetavam uma sociedade centrada no pleno emprego.

## 2.3 A CRISE DO ESTADO DO BEM-ESTAR SOCIAL E A ERA DO CAPITALISMO GLOBAL E FINANCEIRO NA CONTEMPORANEIDADE

No Estado Providência a integração pelo trabalho consistia na promoção da política do pleno emprego. Acontece que, na contemporaneidade, há um certo esvaziamento da regulação do Estado através desta política, de forma que é evidente o seu fracasso, tendo em vista principalmente a predominância das condições transnacionais.

Apesar de as teorias neoliberais terem aparecido na década de 30 do século passado, as tentativas de destruição do paradigma keynesiano não começaram até a década de 60. Com a Escola de Chicago, liderada por Milton Friedman, retomou-se a ideia segundo a qual a vida econômica é regida por uma ordem natural de mecanismos de concorrência e da força do livre comércio, em contraposição à intervenção estatal.

Intensifica-se o processo de globalização econômica e ideológica, tendo por base uma maior liberdade mundial de capitais, a partir de paradigmas obscuros e imprecisos com alguma semelhança com o liberalismo clássico e por esse motivo denominado de neoliberalismo.

No estágio atual erige-se a supremacia das organizações complexas caracterizada pela extraordinária mobilidade geográfica e pela extrema dificuldade de identificação dos seus dirigentes. A velocidade com que se desencadeou o avanço tecnológico e a supremacia do capitalismo financeiro sobre o capitalismo industrial causou uma verdadeira modificação das tipologias tradicionais do mercado de trabalho. A dinâmica das rupturas e intensificações acaba com os ciclos de longa duração e indicam novos problemas teóricos. A economia política de internacionalização do capital suscita uma necessária mudança de paradigma para o Direito do Trabalho.

A propósito, a mundialização do capital apresenta-se como um fenômeno bastante contraditório, fonte de instabilidade e de novas restrições, principalmente no caso da América Latina, conforme os estudos de Camara; Salama (2005). Em um contexto de nova desordem capitalista global generaliza-se o precário, o descontínuo, o impreciso, o informal. O sistema jurídico não consegue apreender a dimensão das mudanças citadas. E o capital financeiro organiza-se cada vez mais independente.

A globalização econômica e os avanços da tecnologia da informação e da comunicação produzem um impacto sem precedentes sobre o sistema jurídico tradicional. Quando a sociedade passa a se comunicar em tempo real e em dimensões planetárias, os mecanismos tradicionais de controle e de resolução de conflitos tornam-se irremediavelmente superados. Em outras palavras: “O Estado-nação perdeu seu *status* de regulador privilegiado das relações sociais e a interdependência cede lugar à supremacia do capitalismo planetário que se move acima das

instituições tradicionais” (ANDRADE, 2005, p. 168).

A teoria jurídica trabalhista tradicional não desenvolveu novas concepções acerca do trabalho humano. Seu marco doutrinal chegou até o trabalho subordinado, dependente, por conta alheia, tendo como pressuposto ideológico o trabalho subordinado. Há, por isso, um hermetismo cognitivo assentado nas categorias clássicas e dissociado da abertura epistemológica necessária.

### **3 PARA A REFUTABILIDADE AO TRABALHO SUBORDINADO NO CONTEXTO DA NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO**

O trabalho puramente subordinado foi o objeto central que autorizou a edição de normas do trabalho nos anos 60 e 70 do século passado, sob a influência do contexto produtivo reinante naquele período. Hoje, porém, os arquétipos fáticos que autorizavam a vinculação do Direito do Trabalho ao trabalho puramente subordinado não fazem mais sentido. A partir de uma visão epistemológica contemporânea, mostram-se discursos das mais variadas matizes filosóficas e ideológicas. Mas embora o caos seja a imagem da contemporaneidade, um emblema parece unânime na análise das evidências apresentadas: a mudança de paradigmas em relação à modernidade.

#### **3.1 EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS: o desmoronamento do estado de Bem-Estar Social e do pleno emprego**

Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho - OIT - em seu relatório anual *Global employment trends*, em 2009, o número de desempregados no mundo atingiu cerca de 212 milhões de pessoas, na sequência de um aumento sem precedentes de 34 milhões de trabalhadores, comparado com 2007 (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION - ILO, 2009).

Ainda de acordo com a OIT, o percentual de trabalhadores com empregos vulneráveis (a soma de trabalhadores por conta própria e trabalhadores familiares) aumentou em mais de 110 milhões em 2009, comparado ao ano anterior, e supera 1,5 bilhão de pessoas, o que equivale a mais da metade (50,6 por cento) da força de trabalho global (ILO, 2009).

A taxa de desemprego juvenil, ainda na análise a nível global, aumentou em 1,6 ponto percentual e chegou a 13,4 por cento em 2009, em comparação com 2007. Isto representa o maior incremento desde 1991, quando se começou a computar este tipo de estatística (ILO, 2009).

Do ponto de vista nacional, a década de 90 do século passado – notadamente a partir do Consenso de Washington - é emblemática, no sentido de inverter os dados estatísticos sobre o trabalho de larga duração.

Nesta cadência de fatos, as novas teorias organizacionais apresentaram formas mais

sofisticadas para a administração e para a gestão empresariais, consubstanciadas naquilo que os economistas e administradores de empresas passaram a chamar de reestruturação produtiva. Iniciou-se, a partir daí, a utilização de novos padrões organizacionais e tecnológicos, operando-se verdadeira metamorfose no mundo do trabalho, com a informatização produtiva, a utilização do sistema *just-in-time* e a germinação da produção baseada no *team work*.

O contexto delineado leva à conclusão descrita pelos autores: “Estamos, pois, no admirável mundo das locações de todos os tipos, modalidades, formas e dimensões do trabalho humano” (ANTUNES, 2006, p. 25). Em dossiê sobre os rumos do trabalho no século XXI, os sociólogos Antunes; Braga (2009, p. 54) afirmaram que “o emprego assalariado formal, modalidade de trabalho no capitalismo da era taylorista e fordista, que magistralmente Chaplin satirizou em *Tempos modernos*, está se exaurindo [...] Tudo isso nos obriga a refletir: que trabalho queremos, que trabalho necessitamos?”

Por outro lado, contempla-se um nítido crescimento de relações de trabalho desregulamentadas, distantes da legislação trabalhista, como acontece no universo dos trabalhadores da arte e da cultura, por exemplo. Interessante o argumento sobre o *ciberproletariado*, a título ilustrativo:

Em plena era da informatização do trabalho, do mundo maquinal da era da acumulação digital, estamos presenciando a época da informalização do trabalho, caracterizada pela ampliação dos terceirizados, pela expansão dos salarizados do *call center*, subcontratados, flexibilizados, trabalhadores sem tempo parcial, teletrabalhadores, pelo *ciberproletariado*. (ANTUNES, 2006, p. 25)

O economista Rifkin (1996) escreveu, ainda em 1995, sobre o fim dos empregos. Alertava o autor que se entrava numa nova fase da história – caracterizada pelo declínio sistemático e inevitável dos empregos, em que cada vez menos trabalhadores seriam necessários para produzir bens e serviços para a população global. Caminhava-se para o que o economista denomina de terceira revolução industrial, numa sociedade automatizada, na cadência do caminho para uma aldeia global de tecnologia.

Segundo Rifkin (1996), o mundo está rapidamente se polarizando em duas forças potencialmente irreconciliáveis: de um lado, a elite da informação, que controla e administra a economia global de alta tecnologia; e de outro, o número crescente de trabalhadores deslocados em um mundo cada vez mais automatizado, em que fábricas e empresas virtuais quase despovoadas se assomam no horizonte.

Pochman (2008), por sua vez, admite que há, no Brasil, um decréscimo do assalariamento, e, por outro lado, uma crescente elevação do desemprego aberto e das ocupações não assalariadas.

Elucida Antunes (2006) que, como resultados das transformações e metamorfoses em curso



nas últimas décadas, o mundo do trabalho sofreu uma desproletarização do trabalho industrial, que se traduz de um lado na diminuição da classe operária tradicional e, de outro, numa significativa subproletarização do trabalho, decorrente das diversas formas de trabalho (parcial, precário, terceirizado etc., vinculado à economia informacional ou setor de serviços etc.).

Ao analisar informes de vários países europeus acerca da mudança de comportamento, em termos de mercado de trabalho, o autor espanhol Marzal (1997, p. 15) escreve sobre a crise do Estado de Bem-Estar, a partir do seguinte quadro geral:

*[...] mundiazilación de los mercados; libre competencia; incluida La reducción del coste de la mano de obra; ausencia de 'cláusula social' efectiva; ausencia de la 'Europa social'; fin de la idea de protección de los más débiles; lamentaciones sobre la exclusión; desempleo.*

Nesse contexto global, o referido autor aponta, como sintoma característico de tal crise, “el desarrollo del trabajo independiente em detrimento del asalariado y, luego, la multiplicación de las clases de contrato de trabajo.” (MARZAL, 1997, p. 15). Elucida o autor que a nomenclatura usada - crise - é ambígua, por não se tratar de uma crise cíclica habitual, no sentido dos economistas, mas, sobretudo, uma “mundialización de los intercambios y del mercado” (MARZAL, 1997, p. 195).

Apesar das evidências supradescritas, a doutrina tradicional não alterou sua linha de pesquisa. Se o Direito do Trabalho foi concebido para proteger a maioria que estava no trabalho subordinado – sobretudo no esplendor do Estado Providência e do pleno emprego – e se não mais protege sequer a metade da população economicamente ativa, como invocar o trabalho subordinado como pressuposto de teorizações?

Os conceitos de trabalho e, por conseguinte, de desemprego, em torno das quais a política atua, tornaram-se ilusórios e as lutas em torno deles, alucinadas. Nas palavras literariamente apropriadas de Forrester (1997, p. 8):

*Em que sonhos somos mantidos, entretidos com crises, ao fim das quais sairíamos do pesadelo? Quanto tomaremos consciência de que não há crise, nem crises, mas mutação? Não mutação de uma sociedade, mas mutação brutal de uma civilização? Participamos de uma nova era sem conseguir observá-la.*

As evidências empíricas, erigidas em estatísticas básicas produzidas por instituições como a OIT e o IBGE, demonstram a irreversível tendência do mundo do trabalho, cujo lema mais tangível pode ser concentrado na expressão proposta por Sennet (1999, p. 21): “não há longo prazo”.

Observa-se o declínio do trabalho subordinado no âmbito da sociedade pós-industrial globalizada, em que as indústrias do poder cerebral e tecnologias de *software* reduzem drasticamente o emprego formal e propiciam a desertificação do mercado tradicional de trabalho.

Com o aparecimento de novos valores, estruturas sociais e tecnológicas, o trabalho-dever deixa de se estabelecer como o centro dos vínculos socioculturais do pós-industrialismo e, conseqüentemente, como paradigma central do Direito do Trabalho. Desta feita, o labor dependente, subordinado ou por conta alheia, não pode mais ser elevado à condição de objeto central do Direito do Trabalho.

### 3.2 EVIDÊNCIAS ANALÍTICAS E FILOSÓFICAS

Especialmente a partir das décadas de 60 e 70 do século passado, críticas sociais mais aplicadas se consolidaram. Teóricos de todos os matizes começaram a estudar a sociedade tecnológica do futuro e a fazer prognósticos acerca das mudanças sistêmicas e de seus efeitos na dinâmica social, bem como das conseqüências positivas e negativas que iriam produzir para o próprio destino da humanidade.

Em 1960 a Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, realizou o Seminário *Tecnologia e transformação social*. Naquela ocasião, foi criado com consenso de que a sociedade pós-industrial estaria centrada na busca de intelectuais como exigência do crescimento científico, da tecnologia, das atividades de pesquisa e desenvolvimento.

Essa tendência contida no aludido Seminário encaixa-se com outra, desta feita registrada no “*Clube de Roma*” -grupo debatedor de assuntos relacionados à política, à economia internacional e ao meio ambiente - na mesma década, segundo o documento *Debate sobre o crescimento*. Naquela oportunidade, o “*Clube de Roma*” reuniu 70 dos mais iminentes pensadores contemporâneos – adotando uma visão inter e transdisciplinar, cientistas sociais, filósofos, historiadores, economistas – para falar sobre a crise sócio-econômica, sobre os problemas do crescimento e a respeito do porvir da humanidade. Prognosticou-se o aparecimento de uma sociedade em rede.

Outras pesquisas sobre a civilização centrada no trabalho foram desenvolvidas por sociólogos, especialmente os franceses, como *Pierre Rolle*, *André Gorz* e *Georges Friedman*. Finalmente, apareceram centenas de estudos elaborados por Universidades, Institutos, Cátedras e Associações especializadas, em todos os continentes. Nesse cenário destacam-se nomes como *Juan José Castillo*, na Espanha; *Claus Offe* e *Robert Kurz*, na Alemanha; *Domenico de Masi* e *Aris Accornero*, na Itália; *Richard Sennet* e *Daniel Bell*, nos Estados Unidos; *Francisco de Oliveira* e *Ricardo Antunes*, no Brasil; e tantos outros espalhados na América Latina, como também aqueles vinculados à Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL.

Bell (1973) em *The coming of the post-industrial society* já identificava e teorizava, nos anos 70 do século passado, os quatro princípios axiais da nova sociedade. Em primeiro lugar, a passagem da produção de bens à produção de serviços. Em segundo, a crescente importância da classe dos

profissionais liberais e técnicos em relação à classe operária. Em terceiro, o papel central do saber teórico. Finalmente, em quarto, a criação de uma nova tecnologia intelectual, ou seja, o advento das máquinas inteligentes.

Santos (2008, p. 330) elucida uma crise do contrato social tão grave que chega ser paradigmática:

No modelo de contratualização social da modernidade capitalista o trabalho foi a via de acesso à cidadania, quer pela extensão aos trabalhadores dos direitos cívicos e políticos, quer pela conquista de direitos novos e específicos ou tendencialmente específicos do colectivo dos trabalhadores, como o direito do trabalho e os direitos económicos e sociais. A erosão crescente destes direitos, combinada com o aumento do desemprego estrutural, conduz à passagem dos trabalhadores de um estatuto de cidadania para um estatuto de *lumpen*-cidadania. Para a grande maioria destes trabalhadores, trata-se de uma passagem sem regresso, o do contratualismo para o pós-contratualismo. Um novo estado de natureza surge.

Russel (2002), por sua vez, afirmou que a moderna técnica trouxe consigo a possibilidade do lazer, dentro de certos limites, deixando de ser uma prerrogativa das minorias privilegiadas e se tornando um direito a ser distribuído de maneira equânime por toda coletividade.

Para o polémico De Masi (2000), o futuro pertence a quem souber libertar-se da ideia de trabalho como obrigação ou dever e for capaz de apostar numa mistura de atividades, em que o trabalho se confundirá com o tempo livre, com o estudo, o jogo. Enfim com o que o autor chama de *ócio criativo*, concebido como fonte inesgotável de ideias.

No contexto da sociedade nova, o desenvolvimento da tecnologia, segundo De Masi (2000), possibilitaria o exercício do *ócio criativo*. O *ócio*, na concepção do autor, não se confundiria com indolência ou qualquer outra palavra associada à omissão ou a ações reprováveis, mas, sobretudo, com o exercício de atividades intelectuais criativas. A massa de pessoas reduzida a “*gado humano*” (para se utilizar de uma expressão de Bloch), constitui um indicador de não-civilização.

A partir de uma leitura multidisciplinar das teorias, doutrinas, análises e comentários contemporâneos, verifica-se ao menos um consenso: a ruptura com o arquétipo de sociedade moderna e o aparecimento de outro, muito mais complexo e fragmentado.

O consenso dos estudiosos contemporâneos supramencionados é a primeira premissa que justifica e fundamenta a imprescindibilidade de uma reelaboração doutrinal e um novo marco teórico para o Direito do Trabalho. Os dados estatísticos e as teorias económicas e sociológicas comprovam a perda da supremacia do trabalho subordinado no âmbito do setor formal. Comprova-se, por outro lado, a concorrência do setor informal (desregulado, precário, clandestino) completamente distanciado do Direito do Trabalho.

Nessa linha de pensamento, Antunes (2006) entende que é a partir da compreensão da

totalidade da *classe-que-vive-do-trabalho* que se compreende a nova morfologia ou polissemia do trabalho. Daí a necessidade de uma noção ampliada da classe trabalhadora. É completamente impossível compreender os múltiplos e agudos problemas do trabalho nacionalmente diferenciados e estratificados, sem que se tenha sempre presente o quadro analítico apropriado da *totalidade do trabalho*.

De que lado poderiam ser procuradas, em função das realidades econômicas e técnicas, soluções construtivas aos problemas que prendem a atenção dos pensadores contemporâneos?

### 3.3 POR UMA RACIONALIDADE AMPLA: a redescoberta democrática do trabalho

É evidente o fracasso do modelo de gestão controlada das desigualdades através da integração pelo trabalho assente na política do pleno emprego. A característica central da contemporaneidade, segundo Santos (2008), é que o sistema de desigualdades se transforma em um sistema de exclusão em um contexto de crise do contrato social e da emergência do fascismo social. Para o sociólogo, é preciso falar em redescoberta democrática do trabalho, o que passa pelo reconhecimento do seu polimorfismo.

A partir da primazia do conhecimento científico, defende-se o que Santos (2008) chama de uma racionalidade ampla, com a aproximação das ciências sociais dos estudos humanísticos. Segundo o autor, a razão ocidental é entendida como razão indolente, que desperdiça a experiência social, oculta-lhe ou lhe desacredita. O que se propõe é uma razão cosmopolita, através da valorização das experiências sociais para a diversificação e ampliação do presente. Através da revelação da multiplicidade das práticas sociais, é possível uma visão mais ampla do realismo, que inclui as realidades ausentes por meio do silenciamento ou da marginalização.

De acordo com a perspectiva de racionalidade ampla e redescoberta democrática do trabalho é que o Direito do Trabalho seria preservado em sua essência protetora, mas iria além, na medida em que fomentaria todas as alternativas de trabalho e renda que atendessem ao bem-estar, à dignidade e ao desenvolvimento sociocultural da pessoa.

A propósito, vale utilizar o argumento de Sen (2002). O economista indiano adota a visão de desenvolvimento a partir da expansão das liberdades reais de que as pessoas desfrutem. A liberdade é compreendida aqui como principal fim e principal meio do desenvolvimento. Neste processo, o Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das liberdades humanas, a partir do asseguramento das condições mínimas. As instituições devem atuar para promover os objetivos e comprometimentos valorativos das pessoas. A perspectiva da liberdade humana concentra-se no potencial das pessoas para levar a vida que elas têm razão para valorizar e para melhorar as escolhas reais que elas possuem.

Assim como a sociedade do trabalho – produto da industrialização – foi considerada *a priori* central da Sociologia Clássica – uma nova Teoria da Sociedade deve inspirar o Direito do Trabalho, para todos os que vivem ou pretendem viver de um trabalho ou de uma renda digna. Trata-se, é verdade, do trabalho elevado à categoria ontológica, como realização plena, efetiva e livre do homem como um todo em seu mundo histórico.

Nesse sentido, não se teria a pretensão de abolir o mercado tradicional de trabalho, mas compensar suas evidentes deficiências através da inserção de outros princípios de utilização e manutenção da força de trabalho sem que qualquer deles seja elevado ao *status* de um modelo normal ou dominante.

Nesse contexto, é fundamental a instituição de políticas públicas conectadas com a nova morfologia do trabalho:

Uma nova concepção de cidadania, vinculada aos guias característicos de uma nova ética cívica, está, por sua vez, sincronizada com a reconstrução dos valores culturais voltados para o trabalho. Ao trabalho desvinculado da escravidão, da dor, do sacrifício, mas identificado com a criatividade, com a igualdade de oportunidades, de segurança, social, de livre produção de bens artísticos, culturais e científicos e que não seja um instrumento para aumentar a concentração de riqueza, ampliar a fome e a exclusão social. Ter em conta o Direito do Trabalho como Direito Humano Fundamental, como direito que lida com a preservação da vida, é imprescindível para adaptá-lo às novas exigências sociais, e fazê-lo contemporâneo e restaurado (ANDRADE, 2005, p. 362).

O que se está em causa é a luta contra a monocultura do saber. A teoria jurídica não pode ignorar o vasto campo da ciência social aplicada, inclusive para, dela se servir na consolidação e na eficiência de um novo modelo comunicativo.

#### **4 DE UM DIREITO DO TRABALHO PARA UM DIREITO AO TRABALHO E A DOUTRINA TRABALHISTA CRÍTICA: por um *epistemicídio* do paradigma tradicional**

As majoritárias correntes doutrinárias que inspiram o Direito do Trabalho continuam centradas em valores, culturas, tempos, espaços e experiências da sociedade industrial. Esse verdadeiro ‘autismo’ teórico-dogmático do Direito Laboral o torna incapaz de observar o mundo circundante, suas mudanças estruturais e a drástica ruptura de paradigmas já reconhecidas por teóricos de outros ramos do chamado saber social. É imprescindível conectar o Direito do Trabalho com as mudanças radicais de paradigmas do mundo pós-moderno como premissa indispensável para a elaboração de uma Teoria Geral adaptada aos novos tempos. Embora a doutrina majoritária permaneça autista, há teóricos que reagem contra a versão reducionista da doutrina tradicional.

## 4.1 O PENSAMENTO JURÍDICO CONTEMPORÂNEO DA TEORIA SOCIAL CRÍTICA

Sobre a necessidade de conexão entre a sociedade atual, sua cultura e sua ética, e o mundo do trabalho, Andrade (2005, p. 286) afirma:

A sociedade atual – pós-capitalista, pós-industrial, pós-socialista – tem que encontrar alternativas de integração e de ordenação noutro modelo de funcionalidade, outras bases jurídicas que possibilitem o equilíbrio de poderes a partir de ações conscientes, compatíveis com seu grau de complexidade, pluralismo e sentimento libertários.

Neste contexto, a teoria social crítica parte do questionamento de si mesma, e de seu objeto, isto é, da pretensa validade das coisas. Está erigida em um pressuposto cognitivo-reflexivo que busca a reivindicação, a emancipação, o esclarecimento e a lucidez. Entre os seus princípios fundamentais encontra-se o criticismo, a abertura cognitiva e o pluralismo.

### 4.1.1 O Direito do Trabalho no contexto da teoria crítica

O resultado do presente estudo até aqui é contundente: a sociedade pós-industrial move-se em direção oposta da doutrina clássica tradicional. Em termos de sociedade de trabalho, nada justificaria, na atualidade, a manutenção dos pressupostos básicos daquela Teoria Geral por não responderem às exigências sociais contemporâneas.

Daí chegar-se à seguinte conclusão: apesar das divergências dos pensadores vinculados à Teoria Crítica, há entre eles um consenso – o questionamento e a refutação da categoria do trabalho subordinado como paradigma de suas investigações. Querer, portanto, reduzir o trabalho humano ao trabalho subordinado torna-se uma impropriedade filosófica e um equívoco epistemológico.

Nas palavras de Nunes (2009, p. 113):

Hoje, porém, esses modelos produtivos (taylorista e fordista) não mais se coadunam com as novas perspectivas político-sociais de valorização da dignidade do homem enquanto trabalhador, tendo a dinâmica da produção industrial e as necessárias adaptações com a economia global rompido com o modelo produtivo vertical daquelas décadas.

Mas como justificar epistemologicamente outros pressupostos para o Direito do Trabalho? Diante do novo contexto, a Teoria Crítica e seus pressupostos ético-culturais devem sedimentar a elaboração de outro Direito do Trabalho, fazendo-o aberto, dinâmico, questionável e redirecionar o discurso comunicativo na *práxis* social do novo tempo. Mas, existem evidências teóricas neste sentido? Ouvem-se vozes críticas?

Romita (1983, p. 235), no começo da década de 80 do século passado, fazia o seguinte prognóstico:

Hoje em dia ganha vulto, novamente, a idéia segundo a qual o Direito do Trabalho deve expandir-se para abranger outras formas de relações de trabalho, que não sejam apenas de trabalho subordinado. As fronteiras do próprio Direito do Trabalho se dilatam. Há realmente uma tendência, que é compreensível, no sentido de ampliar o campo de atuação de normas protecionistas, especialmente quando enfaixam medidas tendentes à melhoria da condição social dos trabalhadores.

É possível identificar autores que vêm se ocupando especificamente em desconstruir o paradigma do trabalho subordinado.

Para Genro (1979, p. 71), “a dominação implícita na subordinação jurídica do contrato de trabalho obstrui a concreta liberdade de trabalho, que também é uma liberdade formal imprimida pelo domínio burguês sobre a sociedade.”

Um dos estudos mais importantes produzidos no Brasil foi desenvolvido por Viana (2006). Recorda o autor que o mesmo homem que é livre como indivíduo, e é livre como cidadão, não goza de liberdade em seu local de trabalho.

Mas como se forjaria uma nova teorização? A partir de que objeto? Andrade (2008, p. 918) responde: “a partir do trabalho humano. Ou melhor, a partir do trabalho livre e de todas as formas ou alternativas de trabalho e rendas compatíveis com a dignidade humana” e propõe o seguinte conceito para o Direito Individual do Trabalho: “É o ramo do Direito do Trabalho destinado ao disciplinamento, à proteção e à manutenção de todas as possibilidades e alternativas de trabalho e rendas que atendam ao bem-estar, à dignidade e ao desenvolvimento sócio-cultural da pessoa humana”. (ANDRADE, 2005, p. 368)

De acordo com essa perspectiva, o trabalho abstrato não seria eliminado. Seria, sim, extinta a sua supremacia como centro de referência da vida humana. Há de se reconhecer e não fugir do chamado polimorfismo do trabalho, ou seja, as diversas alternativas de trabalho. Para tanto, é necessária a inclusão dos interlocutores válidos em condições dialógicas simétricas.

Para Nunes (2009, p. 113) o momento atual impõe a necessidade de incorporação de modalidades laborativas conjugadas ou distintas do trabalho subordinado:

As cada vez mais complexas e diversificadas formas de prestação de serviços estão a indicar e reivindicar uma nova cultura de regulação e tutela, sem a ortodoxia do tradicional Direito do Trabalho e respectivo contrato. Isto não quer significar ruptura com a vocação protetiva natural que as normas e instrumentos de regulação do trabalho conferem ao trabalhador.

Parece mesmo que a índole tutelar trabalhista merece novas concepções e reordenações. O

formato deve anunciar o reconhecimento de que o trabalho humano em geral demanda uma tutela trabalhista mínima. Para isso, a confluência de pressupostos trabalhistas e civis pode ser o diferencial que autoriza a concepção de que o Direito do Trabalho e o contrato de trabalho têm vocação jurídico-dogmática para regular, disciplinar e tutelar toda e qualquer modalidade de trabalho humano, considerando-se os seus inúmeros desdobramentos.

Para Soares Filho (2007, p. 122):

O Direito do Trabalho deve assumir uma nova configuração, de modo que, sem perder sua gênese, se ajuste à realidade atual do mundo do trabalho e, levando em conta as formas de trabalho emergentes na sociedade pós-industrial, se torne apto a regulá-las, alcançando as diversas situações em que se desenvolve a atividade laborativa.

No Brasil, a ampliação do campo de atuação do Direito do Trabalho já se faz sentir através da edição de leis esparsas, que prognosticam a abrangência da índole tutelar do próprio Direito Material do Trabalho. A jurisprudência mais concatenada com estes movimentos contemporâneos não tem descurado desse novo panorama de evolução das modalidades de prestação de trabalho humano (NUNES, 2009). O exemplo dos artistas de espetáculos públicos encontrado no direito laboral espanhol não deixa de fomentar o debate acerca da evidente proliferação das normas de tutela trabalhista que se dirigem à regulação de relações jurídicas nitidamente distintas daquelas pautadas pela subordinação jurídico-hierárquica tradicional.

## 4.2 O DIREITO DO TRABALHO COMO RAMO DOS DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS

Criar um modo de produção e vida distinto do atual é um desafio. A construção de um novo modo de vida dotado de sentido recoloca, neste início de século XXI, a necessidade imperiosa de construção de um novo sistema de movimentação social baseado na atividade autodeterminada, em busca do respeito pelo desenvolvimento integral e livre do homem.

Torna-se cada vez mais imprescindível a intervenção do Estado no mercado de trabalho. Os fatores estruturais e conjunturais se complementam. É preciso que, por um lado, não se tenha desprezo pela luta jurídica, e, por outro, não se tenha a arrogância de que só por meio dela se possa chegar a um tipo de sociedade justa.

Concorda-se com Santos (2008) ao afirmar que no estágio contemporâneo pós-contratualista um novo estado de necessidade surge. No mundo do Direito do Trabalho, a necessidade premente é a de considerar como centro de estudo de suas teorizações o trabalhador em sua condição de ser humano, acima de suas dimensões de produtor e consumidor. O ser humano considerado não meramente como meio de produção – o que é socialmente insustentável e eticamente repugnante –,



mas a finalidade de todo o processo.

O Direito do Trabalho através desta perspectiva deve ser considerado em sua dimensão ampla, como realização efetiva e livre do homem. Para tanto, seguem-se os argumentos de Andrade (2005) , para quem o Direito do Trabalho deve ser visto como Direito Humano Fundamental.

O tempo, o espaço e as condições sociolaborais já existem e estão à espera de um Direito do Trabalho verdadeiramente conectado com as potencialidades e contradições deste novo cenário.

## 5 CONCLUSÕES

Uma vez identificadas as transformações estruturais vividas a partir do nascimento da chamada sociedade pós-moderna e suas radicais repercussões para o mundo do trabalho, restaram problematizado e refutado os fundamentos tradicionais do Direito do Trabalho, especialmente o arquétipo do pleno emprego e do Estado de Bem-Estar Social.

Fica provada, através das evidências estatísticas, analíticas e filosóficas apresentadas, a perda da supremacia do emprego de longa duração. Comprova-se, por outro lado, a concorrência da heterogeneização e complexificação do trabalho, a partir da compreensão da polissemia do trabalho, naquele contexto explicitado da nova morfologia do trabalho. Por isso, o labor dependente, subordinado ou por conta alheia não mais deve ser elevado à condição de objeto central do Direito do Trabalho.

Na medida em que se observa a sociedade em sua forma dinâmica, ampla e democrática, é possível se distanciar da doutrina trabalhista tradicional e pensar uma nova configuração do Direito Laboral, de modo que, sem perder sua gênese protetora, amplie-se à realidade e à necessidade do mundo contemporâneo.

O Direito do Trabalho é aqui inserido como Direito Humano Fundamental, devendo se destinar ao disciplinamento, à proteção e à manutenção de todas as alternativas de trabalho e renda que atendam ao bem-estar, à dignidade e ao desenvolvimento sociocultural da pessoa, considerado em sua dimensão ampla, como realização efetiva e livre do homem.

A constatação final do trabalho parece ser clara: a índole trabalhista merece novas concepções e reordenações. O formato da reestruturação dogmática laboral deve se preocupar precipuamente com o reconhecimento de que o trabalho humano em geral demanda uma tutela trabalhista mínima.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de. **Direito do Trabalho e pós-modernidade: fundamentos para uma teoria geral**. São Paulo: LTr, 2005.

\_\_\_\_\_. **Princípios do Direito do Trabalho e seus fundamentos teórico-filosóficos: problematizando, deslocando e refutando o seu objeto**. São Paulo: LTr, 2008.

ANTUNES, Ricardo [Org.]. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy [Orgs.]. **Infoproletários: a degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009.

BELL, Daniel. **The coming of the post-industrial society**. New York: Basic Books, 1973.

CAMARA, Mamadou; SALAMA, Pierre. A inserção diferenciada – com efeitos paradoxais – dos países em desenvolvimento na mundialização financeira. In: CHESNAIS, François [Org.]. **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

DELGADO, Maurício Goldinho. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2005.

DE MASI, Domenico. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1977.

GENRO, Tarso Fernando. **Contribuição à crítica do Direito Coletivo do Trabalho**. Porto Alegre: Síntese, 1979.

ILO (International Labour Organization) - Global Employment Trends. Disponível em: [http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_emp/---emp\\_elm/---trends/documents/publication/wcms](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_elm/---trends/documents/publication/wcms). Acesso em: 28 jun. 2011.

KURZ, R. **Os últimos combates**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do Trabalho**. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. **Manual esquemático de Direito e processo do trabalho**. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

MARZAL, Antonio. **Crisis del Estado de bienestar y derecho social**. Barcelona: J.M Bosch Editor, 1997.

NASCIMENTO, Amaury Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho**. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

NUNES, Cláudio Pedrosa. **Modificações do contrato de trabalho e sua reestruturação dogmática**. Curitiba: Juruá, 2009.

POCHMANN, Márcio. **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo: Boitempo, 2008.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos**: o declínio inevitável dos níveis de emprego e a redução da força de trabalho global. 4 ed. São Paulo: Makron, 1996.

ROMITA, Arion Saião. Contrato individual de trabalho: formação e nota característica. In: GOLÇALVES, Nair Lemos; ROMITA, Arion Saião (orgs.). **Curso de direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 1983.

RUSEL, B. **O elogio ao ócio**. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

SANTOS, Boaventura de S. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008. v. 4.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SENNET, Richard. **Corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo . São Paulo: Record, 1999.

SOARES FILHO, José. **Sociedade pós-industrial**: e os impactos da globalização na sociedade, no trabalho, na economia e no Estado. Curitiba: Juruá, 2007.

VIANA, Márcio Túlio. **Direito de resistência**. São Paulo: LTr, 2006.